

Codesa privatiza 19 áreas

O primeiro ponto que vai ser arrendado é uma área de 10,9 mil metros quadrados, que já atraiu quatro empresas

A Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) iniciou, na semana passada, sua segunda fase de privatização do patrimônio. Ao todo, 19 pontos serão arrendados para a iniciativa privada, que poderá explorar a área por 25 anos.

O primeiro ponto que vai ser arrendado pela Codesa é a instalação de Carreira Naval – local hoje desativado e onde, no passado, eram realizados os reparos nas embarcações navais. A área tem 10,994 mil metros quadrados e está situada na Ilha do Príncipe, em Vitória.

Segundo o diretor de Desenvolvimento da Codesa, Fábio Nunes Falce, até a tarde de ontem, quatro empresas capixabas (Eximbiz, Cepemar, Orienta e grupo Wilson Son) já haviam comprado o edital.

Elas e outras interessadas têm até o dia 31 deste mês para fazer a visita técnica ao local e a oferta à Codesa. No dia 10 de setembro será feita a licitação.

A empresa que obtiver o arrendamento, segundo normas

do edital, terá que pagar pelo mesmo uma taxa mínima de R\$ 26,165 mil à Codesa, mensalmente. Ela também será obrigada a investir, no mínimo, R\$ 3 milhões na área.

Ainda não estão definidas as datas em que serão divulgadas as outras áreas que serão arrendadas pela Codesa. A companhia está finalizando os estudos de avaliação do patrimônio e de ordem financeira e econômica.

Entretanto, segundo Fábio Falce, alguns pontos a serem ofertados já estão definidos, como o terminal de cereais de Capuaba, o terminal de grãos líquidos do Porto de Barra do Riacho e a área retroativa do cais de Capuaba.

A Codesa iniciou, no ano passado, o arrendamento de suas áreas. Por orientação do governo federal, a companhia arrendou o cais de Paul, o Terminal de Vila Velha, em Capuaba, um armazém e um galpão.

O objetivo do arrendamento é modernizar os portos, possibilitando uma maior competitividade e, conseqüentemente, o incremento da movimentação de cargas.



Porto de Vitória: edital prevê exploração de áreas por 25 anos

Protesto para rever contratação

Cerca de 100 pessoas contratadas por designação temporária (DT) da área administrativa escolar fizeram uma manifestação ontem, em frente ao prédio da Secretaria de Estado da Educação (Sedu).

Com um carro de som, os manifestantes reivindicavam a revisão da forma de contratação de DTs. Eles também querem que o governo pague os salários atrasados dos meses de junho a setembro de 97, que estão bloqueados pela Sedu após a falência da empresa Shopping Limpe.

Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores da Administração Direta do Espírito Santo (Siseades), Luiz Carlos Coutinho, na área administrativa não existe legislação que ampare o trabalhador.

Eles pedem também que o funcionário receba 13º salário, um terço de férias e aviso prévio. Coutinho disse ainda que cerca de nove mil DTs têm quatro meses de salários de 97 para receber.

O secretário de Estado da Educação, Marcello Basílio, disse ontem que a demora no pagamento dos salários está ocorrendo por causa da duplicidade dos pedidos de indenização na Justiça.

Segundo Basílio, uma comissão vai juntar todos os pedidos em um único processo: "Vamos requerer uma ação trabalhista em foro único. Centralizaremos tudo na Justiça do Trabalho em Vitória."

ELIZABETH NADER - 15/04/99